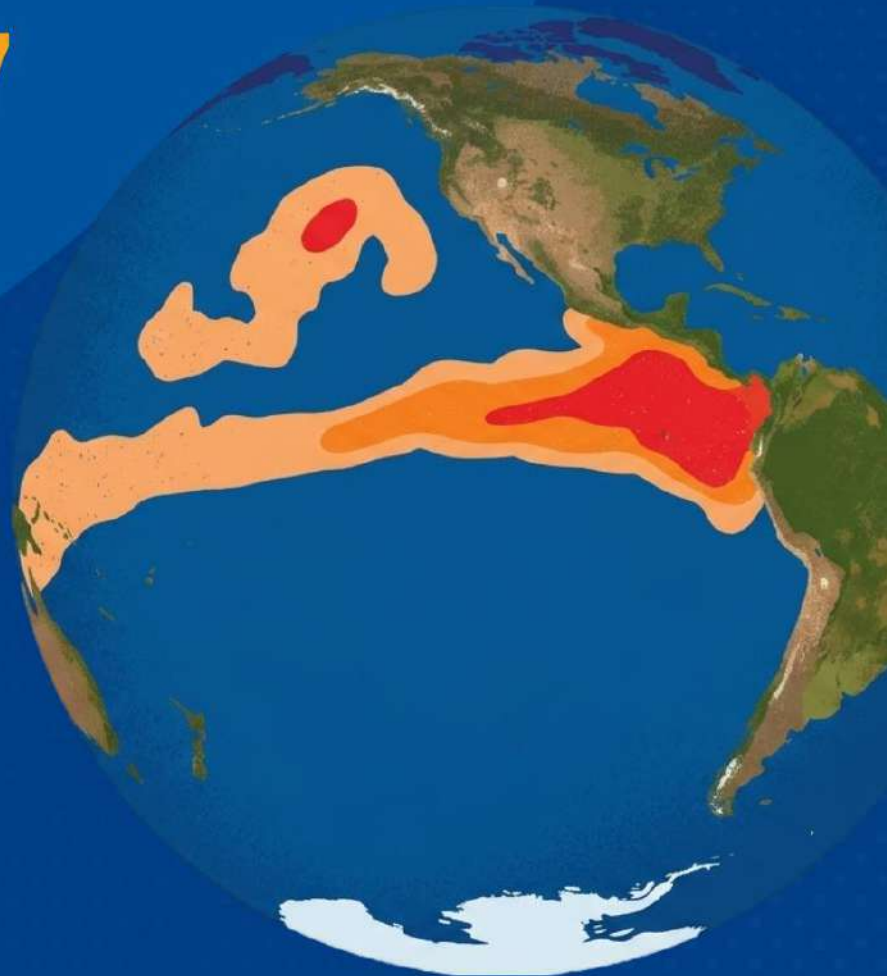


Painel El Niño

2026-2027



Boletim Mensal

Nº 01

Junho/2026

REALIZAÇÃO



PAINEL EL NIÑO 2026-2027

Boletim Mensal N° 01 - Junho de 2026

Este boletim é o resultado de ação conjunta entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), o Serviço Geológico do Brasil (SGB) e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), com o objetivo de apresentar o monitoramento e previsões sobre o fenômeno El Niño em 2026 e 2027, bem como informar sobre possíveis impactos. Em junho de 2026 foi confirmada a configuração do El Niño. Os modelos indicam probabilidade acima de 90% de permanência do fenômeno até, pelo menos o início de 2027, com alta probabilidade de ocorrência de um El Niño muito forte, quando as anomalias/desvios de temperatura da superfície do mar (TSM) no Oceano Pacífico Equatorial ficam acima de 2,0°C, entre a primavera e o verão de 2026.

Com isso, a previsão climática para o trimestre julho-agosto-setembro de 2026 indica, de forma geral, chuvas acima da média em áreas da Região Sul e chuvas abaixo da média no centro-norte do País.

Diante desse cenário, a colheita do milho segunda safra, algodão e cana-de-açúcar na Região Centro-Oeste e as culturas de inverno na Região Sul podem ser beneficiadas. Por outro lado, o aumento das temperaturas pode afetar as pastagens e a preparação da próxima safra na Região Centro-Oeste.

Ainda, as condições indicam alta probabilidade de temperaturas acima de média no segundo semestre que, podem aumentar os eventos de onda de calor e a ocorrência de incêndios florestais.

Por isso, o INMET, INPE, CEMADEN, ANA, SGB e a SEDEC reforçam a necessidade do acompanhamento contínuo das condições meteorológicas e hidrológicas para o monitoramento de possíveis impactos em diversas áreas da economia brasileira. Reforça-se também o acompanhamento das recomendações e ações de autoproteção da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

ANÁLISE – SITUAÇÃO ATUAL EL NIÑO

No dia 11 de junho de 2026, a agência norte-americana NOAA decretou o estabelecimento de condições de El Niño no Pacífico equatorial. Observa-se, no oceano Pacífico equatorial (Figura 1) um progressivo aquecimento com a ocorrência de anomalias positivas da TSM (superiores a 0,5 °C), nas últimas semanas, destacando-se o aquecimento nas regiões Niño 1+2 (nas proximidades da costa oeste da América do Sul) com desvios superiores a 2°C, e nas regiões Niño 3 e Niño 4 (na porção central e oeste do Pacífico equatorial), com desvios superiores a 1,0°C. A circulação atmosférica observada sobre Pacífico equatorial com anomalias de ventos de oeste em baixos níveis e de leste em altos e a diminuição da radiação de onda longa emitida no pacífico central também são condizentes com condições de El Niño.

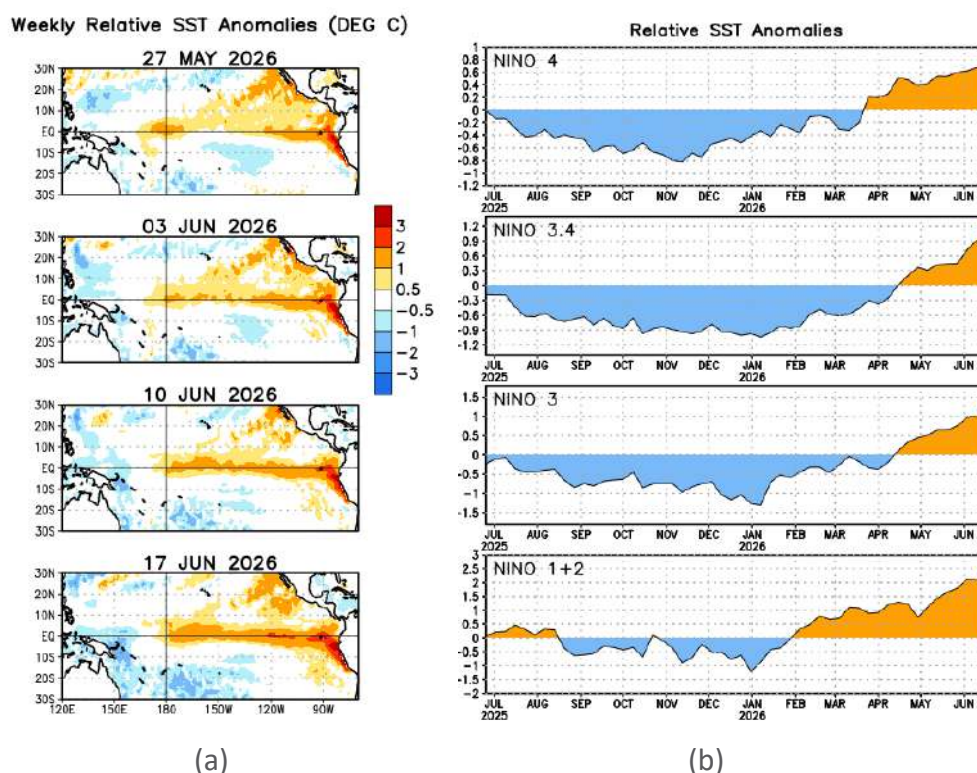
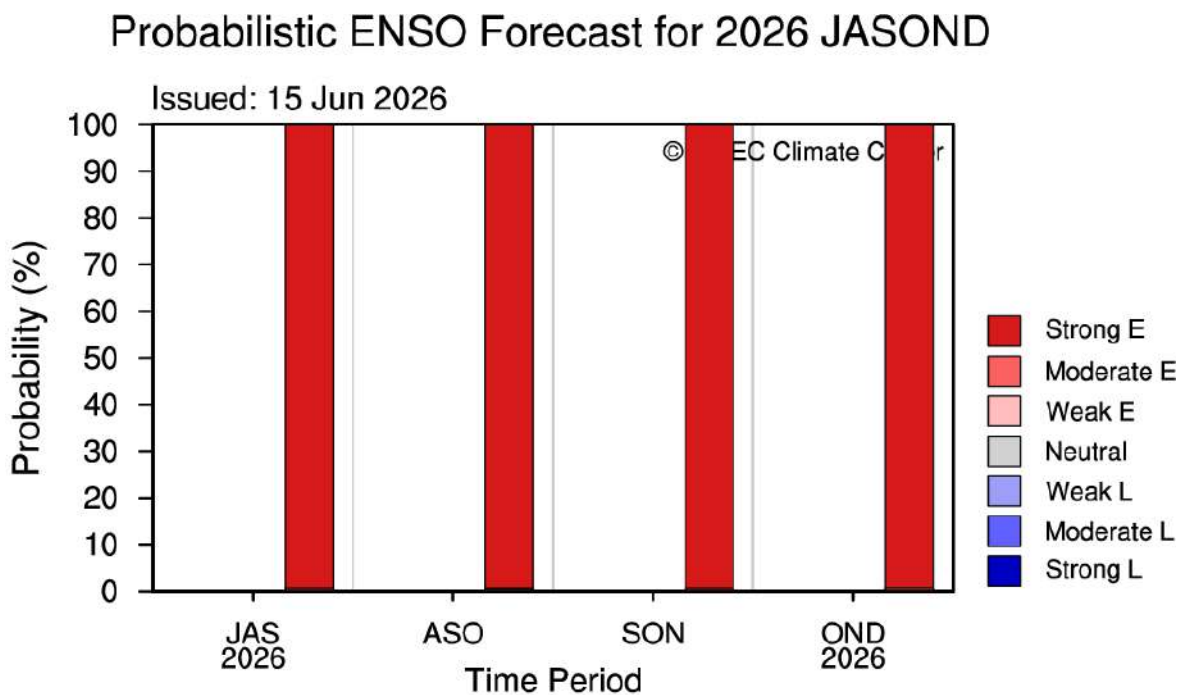


Figura 1: (a) Evolução semanal das anomalias da temperatura da superfície do mar no Oceano Pacífico e (b) nas diferentes áreas do Niño. Fonte: National Centers for Environmental Prediction (NCEP).

PROGNÓSTICO – PREVISÃO EL NIÑO

No Oceano Pacífico Equatorial, as médias mensais da região Niño 3.4 (170°W–120°W), vêm registrando anomalias positivas de temperatura da superfície do mar (TSM) desde março de 2026, apresentando aquecimento com estrutura espacial características das condições de El Niño.

Previsões de diversos centros mundiais indicam a continuidade e intensificação do fenômeno nos próximos meses. Entre essas previsões, as da agência APEC *Climate Center* (APCC), sediada na Coreia do Sul, indicam 100% de probabilidade de manutenção das condições de El Niño no trimestre julho-agosto-setembro (JAS) de 2026, e 99,4% de probabilidade de ocorrência de condições de El Niño de forte intensidade (Figura 2). As previsões da NOAA (*National Oceanic and Atmospheric Administration*) também indicam alta probabilidade de ocorrência de um fenômeno na categoria forte, porém apenas a partir do trimestre agosto-setembro-outubro.



* ENSO Intensity based on 3M Mean Niño3.4 SST Anomaly (Category Boundaries: +/-1.5, 1.0, 0.5°C)

Figura 2: Previsão probabilística de El Niño/La Niña da APCC.

PROGNÓSTICO CLIMÁTICO SAZONAL

A previsão elaborada pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC)/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e pela Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME) para o trimestre julho-agosto-setembro de 2026 indica maior probabilidade de que a precipitação fique abaixo da média em boa parte do centro-norte do Brasil com destaque para a maior parte do Nordeste e pontos do oeste e sul da Região Norte. Por outro lado, na maior parte da Região Sul, é maior a probabilidade de que os acumulados de chuva no próximo trimestre se concentrem acima da faixa normal de precipitação. A respeito da temperatura, na maior parte do Brasil, é maior a probabilidade de que as temperaturas fiquem acima da normal climatológica no próximo trimestre o que indica maior potencial para episódios de ondas de calor na faixa central do país. Além disso, a combinação de temperaturas acima da média e precipitações abaixo da média em áreas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste aumenta o potencial para queimadas nos próximos meses.

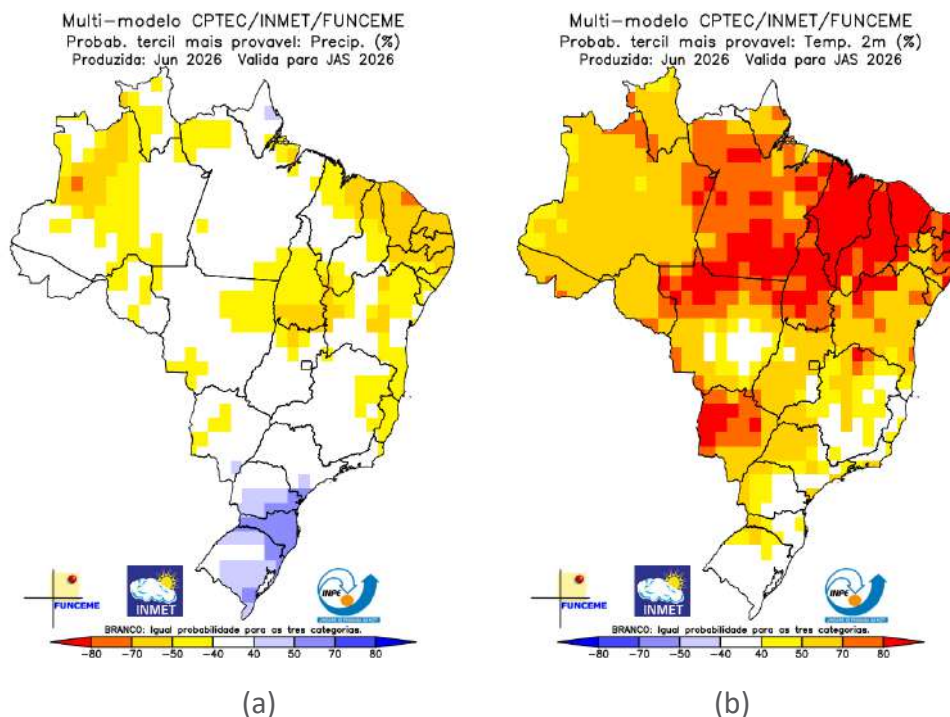


Figura 3: Previsão climática sazonal por tercil (categorias abaixo da faixa normal, dentro da faixa normal e acima da faixa normal), gerada pelo método objetivo (CPTEC/INPE, INMET e FUNCEME). As áreas em branco indicam igual probabilidade para as três categorias. (a) precipitação; (b) temperatura.

PANORAMA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Monitor de Secas

Observando as cinco regiões geopolíticas acompanhadas pelo Monitor de Secas, o Sudeste teve, em maio, o quadro mais severo do fenômeno no País com seca grave em 2% da região (Figura 4). Já o Norte teve a condição mais branda do fenômeno no último mês. Entre abril e maio, a região com menor percentual de área com seca foi o Centro-Oeste: 25% e a de maior porção percentual com presença do fenômeno foi o Sul: 84% de sua área. Já o Nordeste, deixou de registrar seca grave (S2) e apresentou 38% de área livre de seca no mês de maio. Essa é a maior área sem seca na Região Nordeste desde julho de 2024.

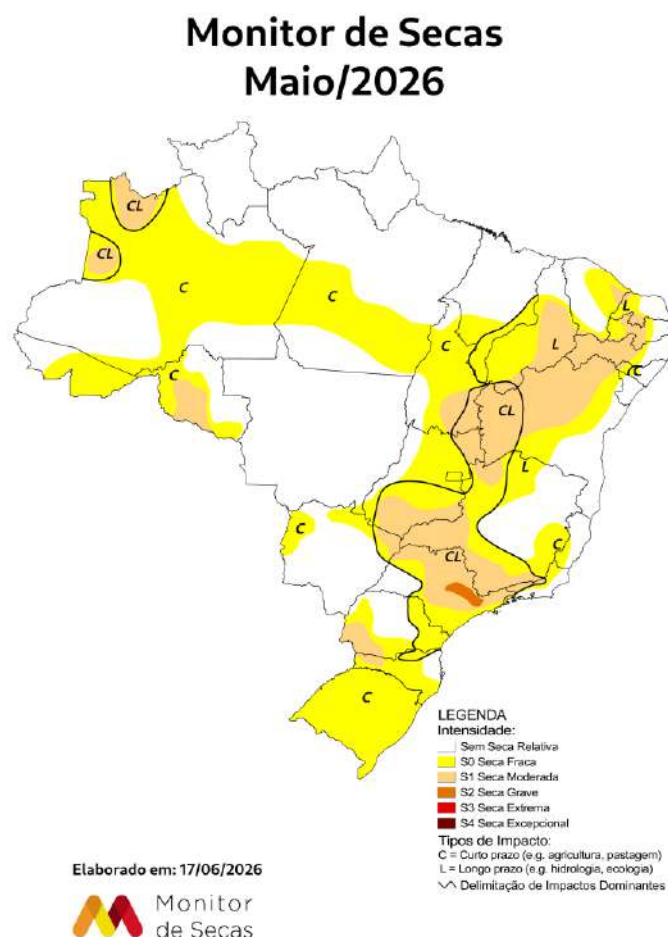


Figura 4: Monitor de Secas. Elaborado em 17 de junho de 2026. Fonte: ANA.

Considerando a alta correlação entre o fenômeno El Niño e a ocorrência de secas no Nordeste, a melhora progressiva observada na região desde o início do ano, que chegou a registrar 23% seca extrema (S3) e 22% de seca grave (S2) em janeiro, é um destaque positivo que traz um pouco mais de tranquilidade para enfrentar a chegada do fenômeno El Niño. Contudo, a situação ainda merece atenção, já que mais de 1/3 do Nordeste ainda apresenta seca na severidade moderada, cujos impactos associados frequentemente incluem diminuição das pastagens, emagrecimento ou retardo na engorda do gado e redução da disponibilidade hídrica em comunidades rurais.

A Região Norte também costuma sofrer influência do fenômeno El Niño, embora este, isoladamente, não seja o elemento decisivo para a configuração de eventos de seca, já que as temperaturas do Atlântico também têm grande efeito sobre o regime de precipitação na região.

Na análise do mapa referente ao mês de maio, a Região Norte apresenta o quadro mais favorável do País, incluindo dois estados totalmente livres de seca: Amapá e Roraima. Nos 46% da área regional com registro do fenômeno, predomina a seca fraca (40%), havendo apenas focos isolados de seca moderada no noroeste do Amazonas, sudeste de Tocantins e em Rondônia. Essas áreas requerem maior atenção, pois já vêm registrando impactos em alguns municípios, como redução dos níveis de córregos e igarapés, aumento do número de focos de calor e maior incidência de incêndios florestais.

Situação dos Sistemas Hídricos e Reservatórios Prioritários

As análises apresentadas nesta seção abrangem as regiões com maior suscetibilidade aos impactos do fenômeno El Niño, considerando sua influência sobre os padrões de precipitação e disponibilidade hídrica nas principais bacias hidrográficas do país. Dessa forma, serão abordadas as Regiões Sul, Norte e Nordeste, com destaque para os rios Madeira, Tocantins, Xingu e São Francisco, cujas dinâmicas hidrológicas apresentam maior sensibilidade às anomalias climáticas associadas ao evento. Adicionalmente, o rio Paranapanema foi incluído por localizar-se em uma zona de transição hidrometeorológica, em que os efeitos do evento podem manifestar-se de forma intermediária.

Em 25/06/2026, o volume equivalente nos reservatórios integrantes do Sistema Interligado Nacional - SIN atingiu 77,5% do volume útil. Na Região Sul, a maioria dos reservatórios das hidrelétricas do SIN opera a fio d'água, ou seja, sem capacidade de armazenamento suficiente para regularizar as vazões do rio, em que as vazões liberadas são da mesma ordem de grandeza das vazões que chegam aos reservatórios.

Os reservatórios do Subsistema Sul com capacidade de regularização representam 7% da Energia Armazenada - EAR do SIN. Nesse subsistema, somente Salto Santiago, no rio Iguaçu, e Passo Real, no rio Jacuí, tem previsão de preservar volumes de espera para controle de cheias. Em 25/06/2026, os armazenamentos desses reservatórios encontravam-se abaixo das faixas de volume de espera. Em 25/06/2026, o armazenamento dos reservatórios de regularização do Subsistema Sul foi de 61%.

No Sistema Hídrico do rio Paranapanema, os reservatórios das UHEs Jurumirim, Chavantes e Capivara, operam, em junho, na Faixa de Operação Normal, conforme faixas de operação estabelecidas pela Resolução ANA nº 132/2022. Assim, não há restrição de vazão máxima defluente média semanal para esses reservatórios. Em 25/06/2026, Jurumirim, Chavantes e Capivara armazenavam 49,6%, 52,6% e 89,1% de seus volumes úteis, respectivamente. Em junho, até o dia 25, as vazões naturais de Jurumirim, Chavantes e Capivara estavam em 160%, 144% e 94% da MLT do mês de junho, respectivamente.

No rio Madeira, na Região Norte, as vazões encontram-se em seu período natural de recessão hidrológica, em patamares ligeiramente acima da média histórica esperada para esta época do ano. As UHEs Jirau e Santo Antônio operam próximos aos seus níveis máximos operativos, Figura 5, e liberam vazões superiores aos mínimos exigidos em suas outorgas de direito de usos de recursos hídricos de 3.240 m³/s e 3.293 m³/s, respectivamente, essenciais para a navegabilidade na hidrovia do rio Madeira.

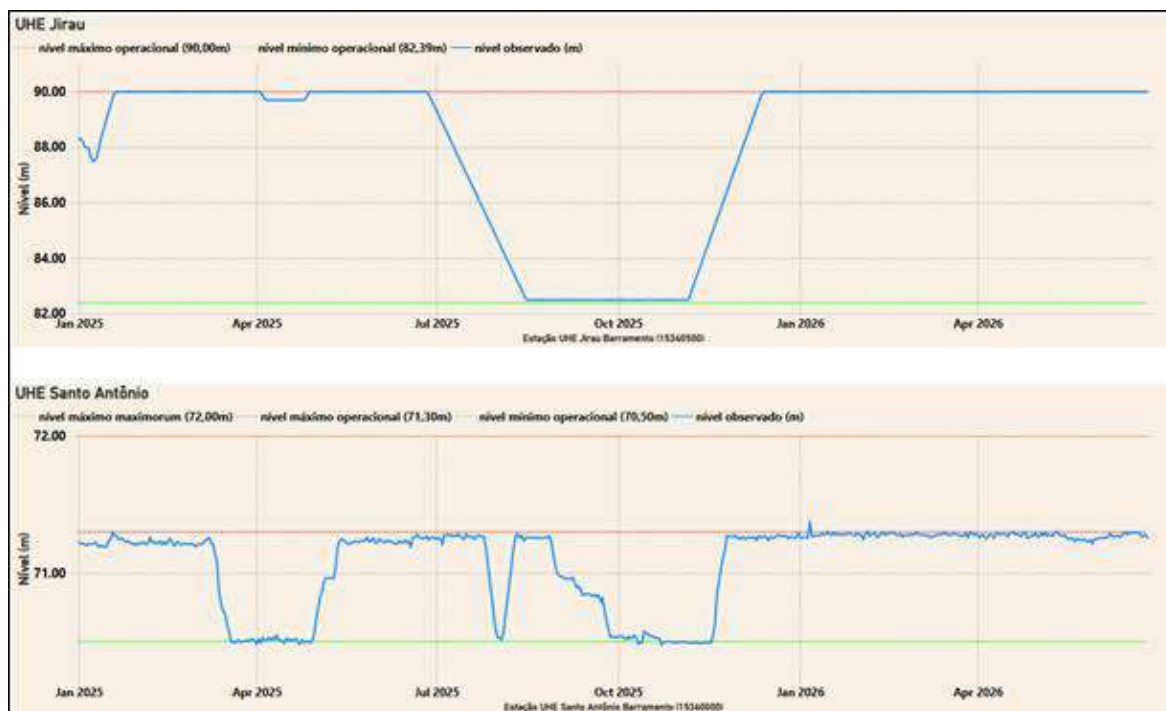


Figura 5: Níveis observados nos reservatórios das UHEs Jirau e Santo Antônio, de janeiro de 2025 a junho de 2026, em relação aos respectivos limites operativos. Fonte: ANA.

Em 25/06/2026, na bacia do rio Tocantins, o reservatório da UHE Serra da Mesa encontrava-se na Faixa Normal de operação para o período seco, de junho a novembro, conforme Resolução ANA nº 70/2021, com 60,5% do volume útil armazenado. Nessa condição, não há restrição de vazão média máxima mensal defluente turbinada. No mesmo período, o reservatório da UHE Tucuruí armazenava 92,9% de seu volume útil. Destaca-se que está vigente o período de operação especial de Serra da Mesa associado à Temporada de Praias no rio Tocantins, no Estado do Tocantins, que ocorre anualmente entre 10 de junho e 20 de agosto. Nesse período, a vazão defluente de Serra da Mesa deve ser mantida constante, e a operação dos aproveitamentos de Peixe Angical e Lajeado deve buscar a minimização das flutuações de vazão nos trechos a jusante.

No rio Xingu, as vazões também encontram-se em seu período natural de recessão. A Figura 6 apresenta a evolução dos níveis d'água nos reservatórios do rio Xingu, em Pimental, e Intermediário, ambos associados ao Complexo de Belo Monte, bem como as vazões no Trecho de Vazão Reduzida — TVR e as vazões defluentes da UHE Belo Monte. Em 2026, os níveis observados permaneceram dentro dos limites operativos indicados nos gráficos. As vazões no TVR apresentaram elevação no período úmido (outubro a abril), com posterior redução a

partir de maio, acompanhando o comportamento sazonal do rio, ao passo que as vazões defluentes da UHE Belo Monte, embora permanecessem acima da vazão mínima de referência de 300 m³/s, apresentaram redução progressiva a partir de maio, aproximando-se desse limite, comportamento característico do período de vazante do rio.

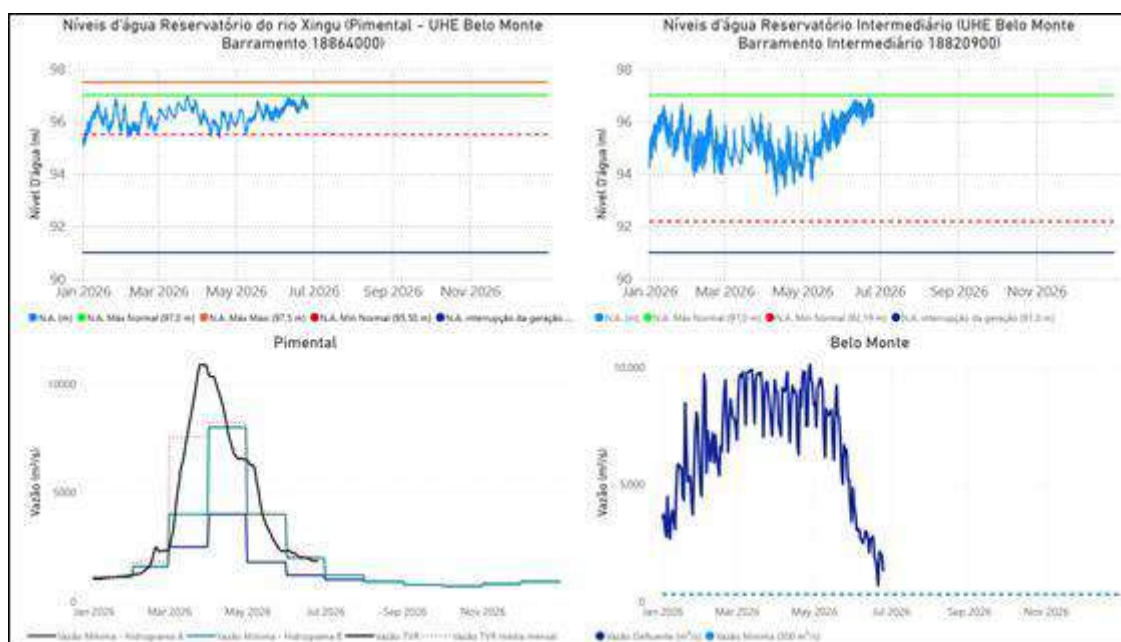


Figura 6: Níveis d'água observados nos reservatórios do rio Xingu, em Pimental, e Intermediário, e vazões associadas ao Complexo de Belo Monte em 2026, incluindo vazões no Trecho de Vazão Reduzida — TVR e vazões defluentes da UHE Belo Monte. Fonte: ANA.

No Sistema Hídrico do rio São Francisco, os reservatórios de Três Marias e Sobradinho operam, em junho, na Faixa de Operação Normal, conforme faixas estabelecidas pela Resolução nº 2.081/2017. Assim, não há restrição de vazão máxima defluente para esses reservatórios. Além disso, as defluências de Sobradinho e Xingó devem observar os limites mínimos diários de 800 m³/s e 1.100 m³/s, respectivamente. Em 25/06/2026, Três Marias e Sobradinho armazenavam 96,2% e 87,5% de seus volumes úteis, respectivamente.

O SAR acompanha a situação de 377 reservatórios nos nove estados da Região Nordeste e em Minas Gerais, com capacidade total próxima a 34 bilhões de m³. Em 26/06/2026, o volume total armazenado correspondia a cerca de 53% da

capacidade total de armazenamento. A Figura 7 apresenta a situação do armazenamento equivalente dos reservatórios da Região Nordeste.

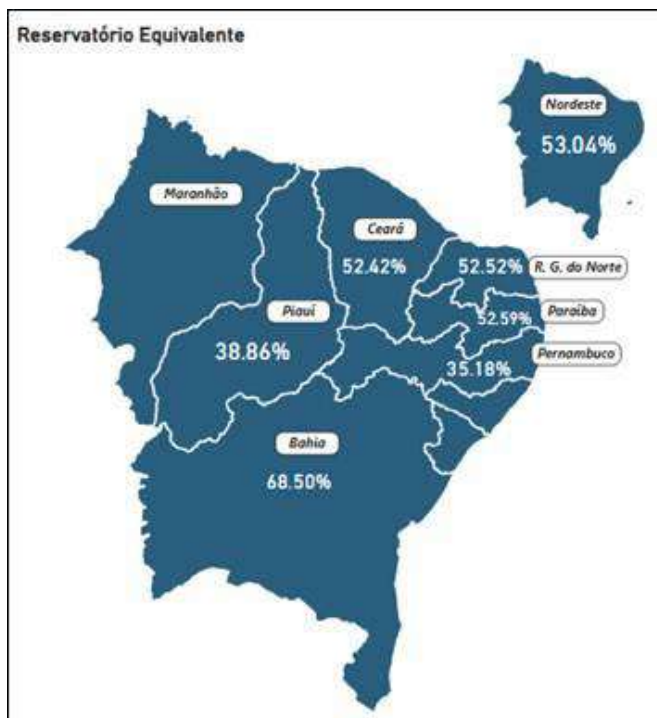


Figura 7: Situação do armazenamento equivalente dos reservatórios do Nordeste 26/06/2026.

Fonte: Ana.

Análise e Previsão das Bacias Hidrológicas Monitoradas

A figura abaixo (Figura 8) mostra a condição, no final de junho de 2026, dos níveis dos rios no Brasil em relação às médias históricas por meio de percentis: cores quentes (ou frias) representam quanto o rio está abaixo (ou acima) da média para esta época do ano.

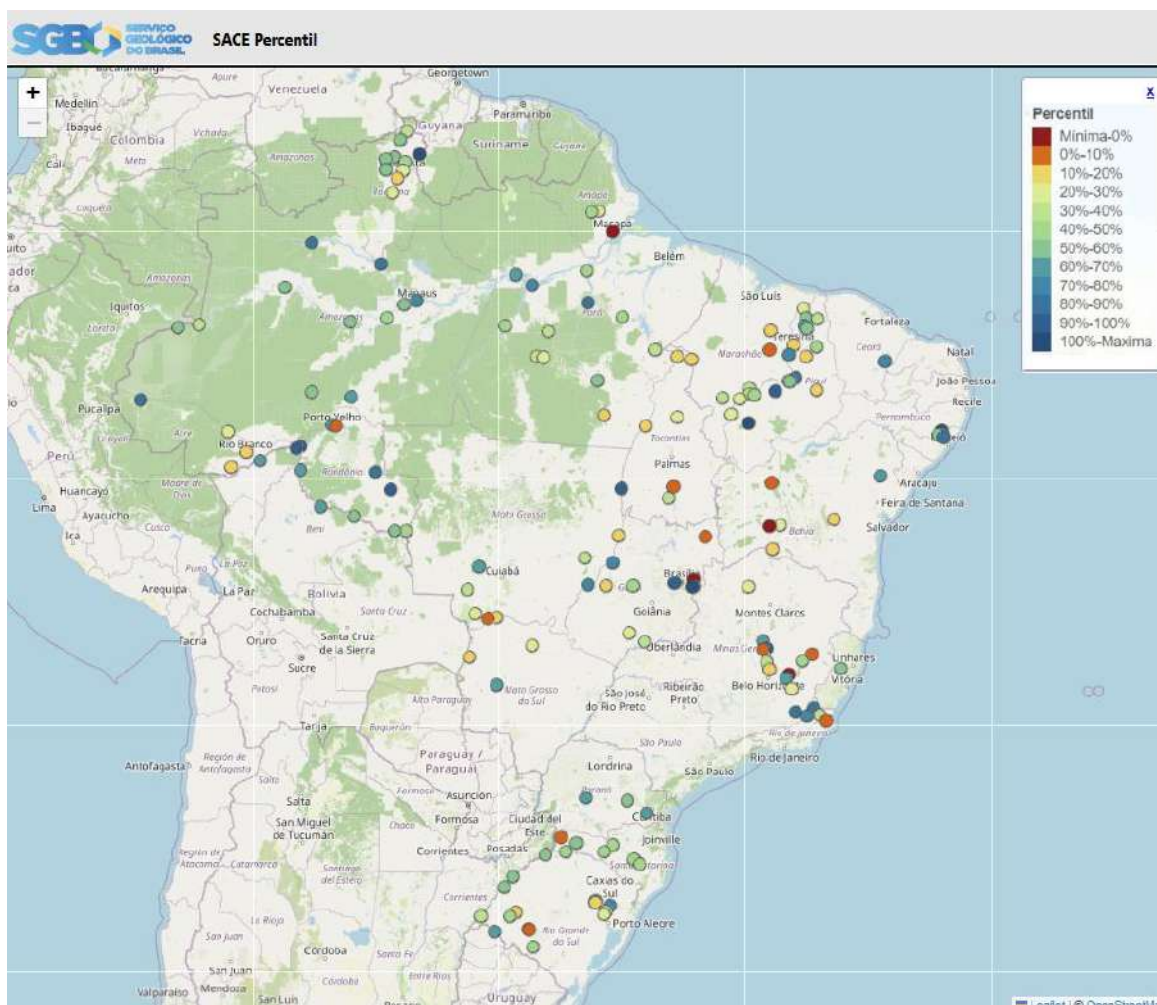


Figura 8: Nível dos rios em junho de 2026. Fonte: SGB.

Conforme o mapa, as condições das regiões mais sensíveis ao *El Niño* podem ser resumidas a seguir:

Amazônia (Manaus como estação representativa)

Os níveis do rio Negro permanecem dentro da faixa de normalidade e próximos do comportamento esperado para a época do ano. A principal preocupação está associada ao possível fortalecimento do *El Niño* e seus impactos sobre a estiagem amazônica no segundo semestre.

Nordeste (Bom Jesus da Lapa como estação representativa)

Os níveis do rio São Francisco situam-se na porção inferior da faixa de normalidade, indicando condições menos confortáveis do ponto de vista hidrológico. A perspectiva de chuvas abaixo da média associada ao El Niño pode dificultar a recuperação dos níveis e favorecer a manutenção de condições mais secas ao longo do segundo semestre.

Sul (Uruguaiana como estação representativa)

O rio Uruguai apresenta níveis dentro da faixa de normalidade histórica, embora mais próximos dos valores inferiores do intervalo esperado. No momento, não são observadas anomalias relevantes, mas a evolução das condições climáticas pode ocorrer de modo abrupto, demandando continuidade do monitoramento da região.

POTENCIAIS IMPACTOS NA AGRICULTURA

As previsões climáticas para o trimestre julho-agosto-setembro (JAS) de 2026 indicam a persistência de um El Niño forte, com impactos distintos sobre as regiões produtoras do Brasil:

- **Região Norte:** previsão de chuvas abaixo da média e temperaturas acima do normal, aumentam a evaporação, reduzindo a umidade do solo e elevando o risco de deficiência hídrica, com possíveis prejuízos às pastagens, culturas perenes e agricultura familiar.
- **Região Nordeste:** cenário de menores volumes de chuva e temperaturas acima da média, podem favorecer a colheita do feijão de terceira safra em áreas mais avançadas, comprometendo os cultivos em desenvolvimento e reduzindo a disponibilidade hídrica para pastagens e pecuária.
- **Região Centro-Oeste:** condições favoráveis à colheita do milho segunda safra, algodão e cana-de-açúcar. Contudo, o aumento das temperaturas pode intensificar a deficiência hídrica no final do período seco, afetando pastagens, recursos hídricos para a pecuária e a preparação da próxima safra.

- **Região Sudeste:** chuvas próximas à média tendem a beneficiar as culturas de inverno. Para o café, o cenário favorece a colheita e futuras floradas, desde que as chuvas retornem adequadamente após o período seco. As temperaturas mais elevadas exigem atenção ao aumento de doenças e à aceleração do ciclo das culturas.
- **Região Sul:** previsão de chuvas acima da média, podem favorecer as culturas de inverno. Entretanto, o excesso de umidade poderá aumentar a incidência de doenças fúngicas. Por outro lado, a maior nebulosidade e as temperaturas mais elevadas reduzem o risco de geadas tardias.

De forma geral, a manutenção do monitoramento climático e das atualizações das previsões é fundamental para subsidiar o planejamento e a gestão dos riscos agroclimáticos durante a atuação do fenômeno El Niño em 2026.

POTENCIAIS IMPACTOS PARA DESASTRES

De acordo com o Índice Integrado de Seca (IIS-3) de maio de 2026, do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), as condições de seca moderada e severa concentram-se no oeste do Tocantins, no centro-sul do Pará, no norte do Amazonas, no leste do Mato Grosso, no sul de Goiás e no oeste de Minas Gerais. Entre abril e maio de 2026, 66 municípios registraram transição para a condição de seca severa, com maior incidência nos estados de Minas Gerais e Goiás, que concentraram mais da metade dessas ocorrências. Em relação às condições de seca em áreas indígenas, a análise de maio de 2026 mostra uma pequena redução no número total de territórios classificados em nível de seca severa em relação ao mês anterior. Entretanto, observa-se a persistência de déficit hídrico nos seguintes Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI):

- **DSEI Alto Rio Negro/AM:** Territórios de Camarão, Tunuí-Cachoeira, Tucumã, Vila Nova e Cumarú.
- **DSEI Kaiapó do Pará/PA:** Território de Tucumã.
- **DSEI Araguaia/MT:** Polo Confresa

Adicionalmente, observou-se a intensificação das condições em áreas anteriormente classificadas como sob seca moderada, que atingiram a seca severa em maio, incluindo unidades nos estados do Amazonas e do Pará e na divisa entre Mato Grosso e Tocantins.

No contexto das Unidades de Conservação, também se verificou a redução no total de áreas em seca severa; contudo, seis unidades mantiveram o quadro crítico, Parna da Serra da Bodoquena (MS), RPPN Fazenda Brasil (MS), Esec de Taiamã (MT), Parna do Pantanal Mato-Grossense (MT), RPPN SESC Pantanal (MT) e APA Baixada Cuiabana (MT) e a Floresta Nacional da Mata Grande (GO) apresentou intensificação, passando de seca moderada para severa.

Em relação ao risco de fogo, o trimestre julho–agosto–setembro de 2026 (JAS) tende a representar o período de maior pressão sobre o Centro-Oeste e o arco sul da Amazônia. Diferentemente de junho-julho-agosto (JJA), quando o risco ainda está em processo de expansão, em JAS espera-se a consolidação das áreas críticas já identificadas nos meses anteriores, com maior potencial de propagação dos incêndios e aumento da persistência dos focos de calor. As áreas mais suscetíveis permanecem concentradas em Mato Grosso, Rondônia, Acre, sul do Amazonas, sul do Pará e regiões do MATOPIBA (região que abrange áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde a combinação entre estiagem prolongada, altas temperaturas e uso antrópico do fogo favorece a ocorrência de eventos mais severos. Nesse período, o monitoramento e a resposta operacional tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que o sistema tende a atingir seu estágio de maior vulnerabilidade ao fogo.

No que se refere aos riscos geo-hidrológicos, a interpretação das previsões sazonais para o trimestre julho-agosto-setembro deve ser feita com cautela, uma vez que esses produtos, em geral, expressam probabilidades de ocorrência de precipitação nas categorias abaixo, dentro ou acima da faixa climatológica esperada, sem indicar diretamente a magnitude das anomalias nem a ocorrência de eventos extremos de chuva. Nesse sentido, a tendência de precipitação acima da normalidade indicada por alguns modelos, especialmente em áreas da Região Sul do Brasil, não implica, por si só, aumento imediato do risco de deslizamentos, inundações ou enxurradas. Contudo, esse cenário favorece maior umidificação antecedente dos solos e contribui para condições hidrológicas e geotécnicas mais sensíveis nos meses subsequentes, caso venham a ocorrer episódios de chuva intensa durante o período mais chuvoso e/ou na fase de maior influência do El Niño, especialmente em outubro e novembro. Assim, os possíveis efeitos sobre a deflagração de processos geo-hidrológicos devem ser acompanhados continuamente, com base na atualização das previsões sazonais, na evolução das condições observadas de chuva e umidade antecedente e na redução gradual das incertezas ao longo dos próximos meses.

RECOMENDAÇÕES E DEMAIS ORIENTAÇÕES

Diante dos prognósticos que indicam a possível intensificação do fenômeno El Niño em 2026/2027, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), em articulação com os órgãos federais de monitoramento e com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), vem adotando medidas antecipatórias de preparação, coordenação e fortalecimento da capacidade de resposta dos entes federativos. Entre as principais ações em desenvolvimento, destacam-se:

- Disseminação de documentos técnicos que tratam do panorama e previsão climática aos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil, indicando recomendações de preparação aos estados;
- Promoção de ações de comunicação de riscos como iniciativas de sensibilização e orientação à população e aos gestores públicos.

Considerando os cenários de risco associados ao El Niño, recomenda-se:

Aos estados e municípios

- Revisar e atualizar os Planos de Contingência e demais instrumentos de planejamento equivalentes para cenários associados ao El Niño;
- Fortalecer os processos de monitoramento, alerta e comunicação de riscos, assegurando a utilização integrada de previsões, avisos, alertas e demais produtos técnicos como subsídios à tomada de decisão;
- Intensificar a articulação entre os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) e os demais sistemas setoriais relacionados à gestão de riscos e desastres, especialmente nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente, saúde, assistência social e segurança pública;
- Identificar previamente capacidades e recursos disponíveis para pronta resposta, priorizando áreas e populações potencialmente mais vulneráveis aos impactos do fenômeno.

À população

- Realizar a atualização/cadastro para recebimento de alertas das defesas civis locais (Figura 9);
- Permanecer atenta as previsões, avisos e alertas oficiais dos órgãos competentes.



Figura 9: Orientações cadastrais para recebimento de alertas. Fonte: SEDEC.

A atuação antecipada e coordenada entre os diferentes níveis de governo e instituições parceiras é fundamental para reduzir os impactos do fenômeno El Niño sobre a população brasileira. O monitoramento contínuo, o planejamento integrado e a adoção tempestiva de medidas de preparação e resposta constituem elementos essenciais para o fortalecimento da gestão de riscos e desastres no país.

Monitoramento e Salas de Crise

Como parte da estratégia de fortalecimento da preparação dos entes federativos, destaca-se a realização do [Bate-Papo com a Defesa Civil sobre o El Niño](#), iniciativa da SEDEC voltada à orientação e ao alinhamento técnico com as defesas civis estaduais e municipais, promovendo a disseminação de informações qualificadas, o esclarecimento de dúvidas e o compartilhamento de boas práticas para o enfrentamento dos impactos do fenômeno. A estratégia terá continuidade ao longo do segundo semestre de 2026, ampliando a capacidade de preparação e resposta dos gestores locais.

Complementando essas ações, ressalta-se que a Defesa Civil Nacional realiza diariamente um Briefing reunindo as defesas civis estaduais e municipais e instituições federais parceiras para apresentar o panorama meteorológico, hidrológico, geológico e climático. Esses encontros subsidiam a tomada de decisão pelos gestores públicos, permitindo a adoção antecipada de medidas de prevenção, preparação e resposta, além de fortalecer a coordenação entre os diferentes órgãos envolvidos na gestão de riscos e desastres.

As reuniões coordenadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para integrar informações hidrológicas e meteorológicas, monitorar a evolução das condições climáticas e subsidiar a tomada de decisão diante de eventos extremos que possam comprometer a segurança hídrica e os usos múltiplos da água também são formas de acompanhamento e preparação.

Essas salas contam com o apoio de instituições de referência em observação e previsão climática, como INPE e INMET, no monitoramento e avaliação de impactos associados, como o CEMADEN, nas questões hidrológicas, como o SGB, e na operação dos reservatórios do setor hidrelétrico, como o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Essa atuação integrada permite identificar antecipadamente situações críticas e orientar a adoção de medidas preventivas ou mitigadoras, especialmente em cenários associados a fenômenos como o El Niño. Atualmente, a ANA mantém Salas de Avaliação, Acompanhamento e Crise em diferentes regiões e bacias hidrográficas do país, podendo instituir novas Salas de Crise, com o objetivo de promover a articulação institucional e subsidiar a tomada de decisão diante de eventos hidrológicos críticos.

As reuniões são realizadas de forma virtual e transmitidas ao vivo, permanecendo disponíveis no canal oficial da ANA no YouTube. A tabela abaixo apresenta as datas das próximas reuniões:

REUNIÕES DAS SALAS DE AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CRISE – 2026

|  REUNIÕES |  DATA |  LINK DO YOUTUBE |
|--|--|---|
| 7ª Reunião em 2026 da Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico da Região Hidrográfica do Paraná | 30/07/2026, às 10h | https://www.youtube.com/watch?v=25f_mbdLmn4 |
| 7ª Reunião em 2026 da Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do Rio Tocantins | 29/07/2026, às 10h | https://www.youtube.com/watch?v=N6S59fiNbUk |
| 6ª Reunião em 2026 da Sala de Crise da Região Sul | 28/07/2026, às 10h | https://www.youtube.com/watch?v=5E8JPhgJSQo |
| 7ª Reunião em 2026 da Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema | 23/07/2026, 15h | https://www.youtube.com/watch?v=tYjgUNTxaK8 |
| 1ª Reunião de Avaliação das Condições Hidrometeorológicas da Região Norte | 16/07/2026, 15h | https://www.youtube.com/watch?v=xNs1l8a_glU |
| 10ª Reunião de Avaliação das Condições Hidrometeorológicas da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal) | 15/07/2026, 15h | https://www.youtube.com/watch?v=hyAcP6fzQv4 |
| 112ª Reunião do Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul - GAOPS | 14/07/2026, 15h | https://www.youtube.com/watch?v=ewwXiPfg6zg |
| 7ª Reunião em 2026 da Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do Rio São Francisco | 07/07/2026, 10h | https://www.youtube.com/watch?v=LRFh7SfHyyE |



O **Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)** é o órgão do Governo Federal responsável pela previsão e monitoramento do tempo e do clima em todo o território brasileiro. Vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o INMET representa o Brasil junto à Organização Meteorológica Mundial (OMM) desde 1950.



<https://portal.inmet.gov.br>



@inmet.official



A **Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC)**, é o órgão responsável por coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional. Sua atuação tem o objetivo de reduzir os riscos de desastres, compreendendo ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.



<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil>



@defesacivilbra



O **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)** é uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criada em 1961 para desenvolver pesquisas científicas e tecnologias espaciais no Brasil. Atualmente, é referência nacional e internacional nas áreas de meteorologia, observação da Terra por satélites, mudanças climáticas, ciências atmosféricas e engenharia espacial.



<https://www.gov.br/inpe/pt-br>



@inpe.official



A **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico**, a **ANA** é a agência reguladora federal responsável por implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, regular o uso das águas de domínio da União e editar normas de referência para os serviços de saneamento básico no Brasil.



<https://ava.ana.gov.br/#/>



@anagovbr



O **Serviço Geológico do Brasil (SGB)** é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, fundada em 1969, que produz conhecimento sobre o território brasileiro, por meio de pesquisas em áreas como geologia, recursos minerais, águas subterrâneas, riscos geológicos e monitoramento hidrológico. É responsável por 19 Sistemas de Alerta Hidrológico (SAH) em todo o país, realizando prognósticos e previsões de cheias e secas, além de operar mais de 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN).



<https://sgb.gov.br>



@sgbgovbr



O **Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)** é uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criada em 2011 para monitorar riscos de desastres naturais e emitir alertas que auxiliem a proteção da população brasileira. Sua atuação tem abrangência nacional e apoia os órgãos de Defesa Civil na prevenção e resposta a eventos extremos.



<https://www.gov.br/cemaden/pt-br>



@cemadenoficial